



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
05 DE SETEMBRO DE 2017

N.º 18/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações dos Municípios da CIMDOURO e Afins - Concurso Público.....	4
2 – Reabilitação do Moinho da Veiga e Zona Envolvente - Aquisição de Terrenos.....	7
3 – III Rampa de Santa Marta – Indemnização.....	9
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
4 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	11
5 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência	11
Serviços de Tesouraria	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 11 a 31 de agosto, de 2017	12
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
7 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	12
8 – Requerimento para Atualização Extraordinária do Preço de Contrato de Aquisição de Serviços com Duração Plurianual – “Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana no Município de Santa Marta de Penaguião”	13
9 – Constituição de Propriedade Horizontal – Bairro Social Carlos Garcia – União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane.....	15

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços de Educação

- 10 – Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo com as Juntas de Freguesia..... 17

Serviço de Ação Social

- 11 – Fundação Dr. Carneiro de Mesquita – Equipamento de Cozinha – Pedido de Subsídio..... 18

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 12 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 19



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações dos
Municípios da CIMDOURO e Afins - Concurso Público**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação em mercado liberalizado, do Fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município (incluindo as instalações Iluminação Pública), bem como o fornecimento de Gás Natural para as instalações de consumo abastecidas em Baixa Pressão (BP) - encontrando-se as respetivas instalações identificadas em anexo à presente Informação - pelo prazo de 1 (um) ano; -----
2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, na 80ª reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, realizada em 28 de junho de 2017, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum, tendo ainda alguns municípios manifestado o interesse na aquisição de Gás Natural; -----
3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar quer o procedimento de aquisição de energia elétrica, quer o de aquisição de gás natural; -----
4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso, com lotes diferenciados para Energia Elétrica e Gás Natural, com vista à celebração de contratos de aquisição de energia e gás, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da CIMDOURO – Comunidade



- Intermunicipal do Douro como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo); -----
5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 28 de junho de 2017 e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar; -----
6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos; -----
7. No que ao Município de Sta. Marta de Penaguião diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Sta. Marta de Penaguião que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pela componente da energia em mercado liberalizado pelo Município possa ser na ordem de: -----
- a) **LOTE 1 – Aquisição de Energia Elétrica: 101 579 €;** -----
- a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das “Componentes de Acesso às Redes”, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), as “taxas de radiodifusão” e o “imposto especial sobre o consumo de eletricidade”, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor. -----
8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em **326 256 €** para a **energia elétrica**, cujos encargos terão reflexos no próximo



- ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais de 2018. -----
9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam, como referido no ponto anterior, no valor de **326 256 €**;-----
10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto do procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. -----
- Tenho a honra de propor que a **Câmara Municipal** delibere aprovar: -----
- a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo por lotes e subsequente celebração de contrato (s) em ordem à aquisição de energia elétrica (em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal) e de gás natural, para as diversas instalações das entidades subscritoras; -----
- b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em



- conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----
- c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido. -----
- d. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam no valor anual de **326 256 €**. “ –

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta:** -----

- 1 – A minuta do protocolo a celebrar com a CIMDOURO; -----
- 2 – Autorizar o início do procedimento sob a forma de concurso público.
- 3 – Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento e delegar-lhe as competências para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso. -----
- 4 – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Reabilitação do Moinho da Veiga e Zona

Envolvente - Aquisição de Terrenos

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



----- "I – ENQUADRAMENTO-----

----- O turismo natureza assume um carácter distinto das restantes formas de turismo, mais massificadas e menos personalizadas, diferenciando-se por deliberadamente se focar na qualidade e bem-estar do turista. -----

----- Num concelho com as características culturais, patrimoniais, paisagísticas, ecológicas, climatéricas e até sociais como as do concelho de Santa Marta de Penaguião, as agulhas de operacionalização desta forma tão particular de fazer turismo deviam estar perfeitamente afinadas, para que falar de turismo rural, de campo e de Natureza em Portugal e na Europa, deveria de imediato fazer ecoar 'Santa Marta de Penaguião' nos ouvidos dos potenciais turistas.

----- Neste sentido, concebeu-se um modelo de desenvolvimento estratégico concelhio onde o turismo natureza funcionará como âncora estratégica. A estratégia passa pela integração de várias "guides lines" que servirão de alavanca ao modelo de desenvolvimento estratégico que se pretende desenvolver, entre as quais se destacam: a Rede de Moinhos e a de Espaços de Lazer. -----

----- De forma a materializar o modelo concebido, procedeu-se a uma análise dos moinhos existentes no concelho e as respetivas mais-valias de cada um. Neste quadro, optou-se por reabilitar o moinho da Veiga e sua área envolvente, que se localiza nas margens do Rio Aguilhão/Arcadela, no aglomerado da Veiga, uma vez que, é muito frequentado pelos residentes e turistas. -----

----- Ora, para elaborar o projecto de reabilitação do moinho da Veiga *conditio sine qua non* a aquisição do imóvel, pois só assim será garantida a harmonização da solução urbanista. -----

----- III - ESPECIFICIDADES DO NEGÓCIO -----

----- Procedeu-se às negociações institucionais com o proprietário do prédio misto, situado em Campo dos Moinhos da Corte, com a área de 6156 m2, composto pelo prédio rústico, com a área de 5908 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 615-B (parte), e pelo prédio urbano, com a área coberta de 66 m2 e descoberta 182 m2, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1622, da Freguesia da Cumieira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 871, necessário à execução do projecto supra, que de acordo com a Planta de Ordenamento do PDM de Santa Marta de Penaguião, publicado no Aviso n.º 779/2011, de 7 de Janeiro, encontra-se classificado como Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal. -----



----- Das negociações encetadas com os proprietários José Maria Teixeira Pereira e Maria do Carmo Gonçalves da Silva, acordaram alienar o prédio supra pelo valor de 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos euros). -----

----- IV – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto na alínea g), do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, tomo a liberdade de propor ao Executivo Camarário, que autorize aquisição do artigo supra identificado, localizado, na freguesia da Cumieira, pelo valor de 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos euros), propriedade de José Maria Teixeira Pereira e Maria do Carmo Gonçalves da Silva. -----

----- Que o título da aquisição - escritura pública - seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito. -----

----- A presente despesa está prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor, no objetivo 2.4.2 com a classificação económica 02-07.01.01 e PPI 07/2015." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a aquisição do prédio misto, da freguesia da Cumieira, pelo valor de 22.500,00€ (vinte e dois mil e quinhentos euros), nos termos da proposta.** -----

III Rampa de Santa Marta – Indemnização

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO -----

----- No dia 17 e 18 de junho, do corrente ano, realizou-se a prova desportiva “III Rampa de Santa Marta”, para o Campeonato Nacional de Montanha organizada pelo Município de Santa Marta de Penaguião conjuntamente com o Clube Automóvel da Régua. -----

----- Como é do conhecimento geral o sucesso da mesma, estava pendente de vários fatores dos quais a organização e logística, entre os quais se destacava a manutenção das condições de higiene. Para a prossecução deste objetivo o Clube Automóvel da Régua recomendou que



fossem instaladas 8 WC's portáteis ecológicos para a servir todos os espectadores e participantes, no prédio misto, situado em Quinta da Estrada, com a área de 94974 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 517. -----

----- Neste quadro, procedeu-se às negociações institucionais com a proprietária do artigo supra identificado, Ana Verónica da Silva Meneses de Lemos, herdeira de Raimunda da Silva Lemos, tendo sido acordado as condições plasmadas abaixo: -----

- Autorização para a colocação de 8 Wc's pelo período de 4 dias na sua propriedade; -----
- Autorização para a passagem de todos os espectadores e participantes que desejam utilizar as WC's; -----
- Autorização para o arranque das videiras necessárias para a colocação das 8 WC's; -----
- A autorização foi conferida com a condição de o Município lhe pagar a quantia de 2.500€ (dois mil quinhentos euros) a título de compensação/indenização pela ocupação de terreno, respectiva passagem de acesso por parte do público-alvo e pelo arranque de um conjunto de videiras da Região Demarcada do Douro; -----
- Com o recebimento dessa quantia, a proprietária declarou expressamente nada mais exigir ou reclamar pelo prejuízo /desvalorização do seu prédio. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar o pagamento da indemnização no valor de 2.500 € (dois mil e quinhentos euros), para ressarcir a proprietária pela ocupação de terreno, respectiva passagem de acesso por parte do público-alvo e pelo arranque de um conjunto de videiras da Região Demarcada do Douro. -----

----- A presente despesa está prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor, mais especificamente, no objetivo 2.5.2, classificação económica "02-06.02.03.05" e PAM 4/2016." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), nos termos da proposta.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do
Presidente da Câmara Municipal**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas nos dias 04 a 22 de agosto de 2017. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
– Exercício do Direito de Preferência**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.ª os atos celebrados no mês de **julho de 2017**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 05 de setembro de 2017



Serviços Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa do
dia 11 a 31 de agosto, de 2017**

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 31 de agosto, de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	31/08/2017
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		179.014,71	Despesas Orçamentais (*)		4.574.047,78
Execução orçamental	109.108,22		Correntes	3.717.845,13	
Operações de tesouraria	69.906,49		Capital	856.202,65	
			(*) Compromissos	7.071.146,99	
Receitas Orçamentais		4.550.874,83	Operações de tesouraria		265.126,20
Correntes	3.995.094,56		Saldo para o dia seguinte:		186.147,37
Capital	555.780,27		Execução orçamental	85.935,27	
Operações de tesouraria		295.431,81	Operações de tesouraria	100.212,10	
Total		5.025.321,35	Total		5.025.321,35

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- "No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as



decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de agosto de 2017 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Requerimento para Atualização Extraordinária do Preço de Contrato de Aquisição de Serviços com Duração Plurianual – “Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana no Município de Santa Marta de Penaguião”

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - Pretensão: -----

----- A pretensão tem por objetivo a atualização extraordinária do preço de contrato de aquisição de serviços com duração plurianual, de “Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana no Município de Santa Marta de Penaguião”, de acordo com o previsto no artigo 45º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março. -----

----- II – Análise da Pretensão / Conclusão: -----

1. Contrato de “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro Norte – Lote 2” realizado entre a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e o Agrupamento constituído pelas empresas ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A. e RESUR – Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda. – Contrato n.º A1402 (27/06/2014), com efeitos a partir de 1/8/2015. -----
2. Acordo de Cessão da Posição Contratual do referido contrato, em 31/12/2015, tal como prevê o n.º 2 do art.º 12º do Caderno de Encargos, que antecede o Contrato – Ata n.º 19 de 15 de setembro de 2015. -----
3. O valor da despesa em causa para o período de vigência do contrato é de 250 757,64 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----



4. O orçamento do preço que suporta a proposta económica apresentada, teve como pressuposto a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) naquela data, que foi de 485,00 €. -----
5. A fórmula de revisão de preços prevista no contrato é o Índice de Preços do Consumidor Nacional. -----
6. Foi requerido através de requerimento referenciado 01382017/CA/CA, o pedido de atualização extraordinária do preço do contrato referido, de acordo com o modelo previsto no Anexo I da Portaria n.º 216/2017, de 20 de julho, fixado em 3,65%, representando um impacto anual estimado de 2.941,00 €. -----
7. De acordo com a proposta apresentada, atendendo à fundamentação económico-financeira dos preços apresentados, foram considerados todos os custos, sendo uma das rubricas consideradas a dos custos com pessoal, nomeadamente o vencimento base do pessoal, os subsídios de alimentação, férias, Natal e noturno, higiene e segurança no trabalho, medicina no trabalho, seguros, formação, custos da empresa e substituições para suprir a ausência por motivos de férias e absentismo, o que serve de evidência para o impacto da RMMG nos custos da empresa. -----
8. Da análise do relatório financeiro enviado pela empresa, verificou-se que o custo anual do aumento da RMMG apresentado pela EcoAmbiente, no total de 2.941,00 €, resulta da acumulação dos valores da RMMG dos anos desde Setembro de 2015 (440,00€), 2016 (1.321,00€) e 2017 (1.426,00€), deduzido do valor de 246,00€ correspondente à parte dos custos de aumento da RMMG, já cobertos pela revisão de preços de 2016 e 2017. --
9. Contudo, o DL n.º 25/2017, de 3 de março e a Portaria n.º 216/2017, de 20 de julho, referem-se apenas aos impactos sofridos pela entrada em vigor do DL n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro, pelo que, salvo melhor opinião, não deverá ser efetuada a acumulação dos valores, mas apenas ao impacto no valor relativamente ao ano em apreço que é 2016. -----
10. Refira-se que de acordo com o n.º 1 do art.º 4 da referida Portaria, a apreciação do requerimento terá de ser efetuada num prazo máximo de 15 dias. -----
11. Assim, tendo em consideração os argumentos explanados no ponto nove da presente informação, bem como os pressupostos elencados no Relatório Financeiro apresentado pela EcoAmbiente, considera-se que a taxa de atualização das tarifas em faturação



deverá ser de 1,54%, tendo um impacto anual financeiro previsto para 2017, de 1.243,64 €.

12. De acordo com o n.º 5 do artigo 45º do Decreto Lei n.º 25/2017, de 3 de março, dado o valor total do contrato, a autorização a que se refere o n.º 3 do referido artigo é da competência do órgão executivo, nos termos do disposto no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, com as respetivas alterações. "

Anexo – Cálculos auxiliares

	Est_2017
Faturação Anual	80 634,00 €
RP Ano (em %)	0,61%
RP Ano (em €)	497,00 €
Nº Médio de Trabalhadores que recebem a RMMG (inclui trabalhadores em regime de trabalho temporário)	3
RMMG	557,00 €
Custo Anual do aumento da RMMG para a Ecoambiente - por trabalhador	475,00 €
Custo Anual do aumento da RMMG para a Ecoambiente - Total	1 425,00 €
Peso dos funcionários que recebem a RMMG na estrutura de custos do serviço	36,49%
Custo Anual do aumento da RMMG coberto pela RP 2017	181,36 €
Custo Anual do aumento da RMMG não coberto pela RP 2017	1 243,64 €
Taxa de atualização das tarifas em faturação	1,54%

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Constituição de Propriedade Horizontal – Bairro Social Carlos Garcia
– União de Freguesias de Lobjos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane**

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----



----- 1 - PRETENSÃO/LOCALIZAÇÃO -----

----- A petição tem como objectivo a constituição em regime de propriedade horizontal de seis blocos de habitação colectiva (A, B, C, D, E, e F), sitos na Quinta das Canas, freguesia de São Miguel de Lobrigos, concelho de Santa Marta de Penaguião, que mereceu informação técnica n.º 599/06 nos termos da qual e por deliberação da Câmara Municipal o projecto foi aprovado por unanimidade em 18/09/2006. -----

----- Encontra-se registado na Conservatória do Registo predial de Santa Marta de Penaguião na Matriz n.º 1008-P, sob o n.º 1014/20110322, com a área de 582m2. -----

----- 2 - ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

----- A - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (publicado em Diário da República, II Série, n.º 47, de 8 de Março de 2016). -----

----- N.º 1 do Artigo 13º: Após a realização de uma vistoria ao local, não se verificou a existência de obras não legalizadas. -----

----- N.ºs 2 e 3 do Artigo 13º: Não obstante a legislação específica, nomeadamente o Decreto-Lei 226/87, de 6 de Junho e Decreto-Lei n.º 30/97, de 28 de Janeiro, não fazerem qualquer referencia aos lugares de estacionamento e/ou arrumos, informa-se que a composição da fracções não prevê a integração dos lugares de estacionamento exigidos por força do uso previsto nos blocos de habitação. -----

----- B. Código Civil (Artigos 1414º a 1418º): A petição verifica o disposto nos artigos 1414º e seguintes do Código Civil, nomeadamente quanto ao objecto, conteúdo e partes comuns. -----

----- 3 - CONCLUSÃO/PROPOSTA -----

----- A divisão apresentada em anexo, constituída por memória descritiva e plantas de composição, identificação e designação de todas as fracções, não observa os n.ºs 2 e 3 do Artigo 13º do RMUE. -----

----- Tendo sido a Câmara Municipal a promotora da operação e da construção em apreço, fica à consideração superior a decisão a tomar." -----

----- Sobe com informação da Senhora Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, Dr.ª Sónia Garcia Catarino, com o seguinte teor: -----

----- "A proposta dos Serviços Técnicos merece a minha concordância. -----



----- Considerando que, nos termos legais a decisão de aprovação da propriedade Horizontal deve se praticado pela Câmara Municipal, sugere-se o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a constituição de propriedade horizontal do Bairro Social Carlos Garcia, sito na Quinta das Canas, da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço de Educação**

**Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo
com as Juntas de Freguesia**

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “No seguimento das reuniões e contactos efetuados com os Ex.mos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia do Município, para a organização deste ano letivo de 2017/2018, foi-me dado a conhecer que continuam interessados em assumir a responsabilidade dos horários de prolongamento e de apoio às famílias nos pré-escolar e 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico bem como os transportes das suas crianças para as respetivas escolas a frequentar. -----

----- Desta forma, e para continuar a garantir um bom e eficiente serviço nesta área tão importante, considerando que a Autarquia já assume o pagamento da técnica e da tarefa, proponho que se celebre um contrato interadministrativo relativo aos transportes escolares, cuja minuta se anexa à presente proposta, para apreciação e deliberação do Executivo Municipal.” ---

----- A Senhora Vice-Presidente propôs, ainda ao Executivo Municipal, a aprovação dos valores constantes do Anexo A, conforme o acordado com os Senhores Presidentes de Junta: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 05 de setembro de 2017



Anexo A

Freguesia/ União de Freguesias	Localidades	Custo diário	N.º dias (Ano Letivo)	Total a Transferir
Alvações do Corgo	Alvações do Corgo	40,00 €	177	7 080,00 €
Fontes	Paredes D' Arcã/ Soutelo/ Tabuadelo/Justos/Crestelo	70,00 €	167	11 690,00 €
Medrões	Medrões/Moura Morta/Fontes	40,00 €	177	7 080,00 €
Sever	Sever/Banduge/Concieiro Paredes/Mafômedes/Veiga	75,00 €	177	13 275,00 €
Lobrigos (São Miguel, São João) e Sanhoane	Sanhoane/Vila Maior/Santa Marta Penaguião/Lourentim	60,00 €	177	10 620,00 €
Louredo e Fornelos	Fornelos/Fiolhais/Paradela do Monte	68,00 €	199	13 532,00 €

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, bem como, o respetivo contrato interadministrativo e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos da alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea k) n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente. -----

Serviço de Ação Social

Fundação Dr. Carneiro de Mesquita

– Equipamento de Cozinha – Pedido de Subsídio

----- 11 – Presente à reunião ofício da Fundação Dr. Carneiro de Mesquita, registado sob o n.º 1997 de 29 de agosto do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando o espírito solidário que marca a conduta deste município e a forma calorosa com que acolhe as preocupações das Instituições de Solidariedade Social do concelho, estando sempre atento ao bem-estar dos seus clientes, venho, assim solicitar a V/ colaboração para a aquisição de uma “Descascadora de batatas”, (equipamento de cozinha), que devido ao volume de refeições confeccionadas diariamente, na Fundação Dr. Carneiro de Mesquita, o torna num utensílio imprescindível. -----

----- Assim, apelo à V/ compreensão e certo do bom acolhimento deste pedido, agradeço desde

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 05 de setembro de 2017

já a V/ colaboração, despedindo-me com os melhores cumprimentos." -----

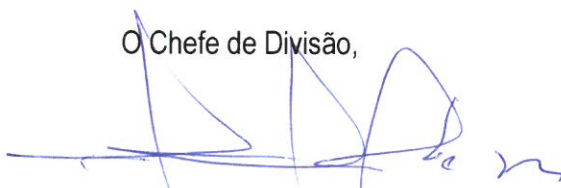
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.935,00€ (mil novecentos e trinta e cinco euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 12 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)